

COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 654020007052026-97

2. Descrição da necessidade

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) foi devidamente autuado no Processo de NUP 65402.000705/2026-97, tendo sido aprovado pela autoridade competente.

Em síntese, a pretensa contratação visa atender a necessidade de aquisição de aparelhos de ar condicionado e mobiliários em geral para a Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria, destinados a atender as demandas do Órgão Gerenciador e dos demais órgãos e entidades participantes do certame, com a finalidade de melhoria das condições e do ambiente de trabalho para o público interno e externo às Unidades Militares, para o bom andamento e funcionamento das instalações, proporcionando conforto térmico aos integrantes e melhor eficiência e qualidade no trabalho dos profissionais.

Embora o Documento de Formalização da Demanda (DFD) tenha inicialmente indicado a necessidade de aquisição de mobiliário, verificou-se, na fase de elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, que a demanda institucional abrange também equipamentos permanentes correlatos, tais como aparelhos de ar-condicionado, projetores e outros itens necessários ao adequado funcionamento dos ambientes administrativos e operacionais, razão pela qual o objeto foi redefinido de forma mais abrangente e precisa.

Torna-se necessário a aquisição de aparelhos de ar condicionado nos diversos tamanhos tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso e da ação depreciativa ao longo do tempo, a substituição/reposição desses aparelhos, a ampliação das instalações físicas e a criação de novos ambientes de trabalho.

A presente contratação também visa atender as necessidades do Órgão Gerenciador e dos demais órgãos e entidades participantes do certame em adquirir equipamentos e mobiliários devido aos produtos serem fundamentais para o bom funcionamento das Organizações Militares participantes do processo, tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso e da ação depreciativa ao longo do tempo, a qual provoca a quebra e acarreta inutilidade destes tipos de móveis, impossibilitando a continuidade do uso sobre o mobiliário, as instalações e o consequente desenvolvimento regular dos trabalhos, instruções e atividades administrativas.

Faz-se, também, necessária a aquisição de Mobiliário para composição de salas de trabalho, no intuito de suprir a crescente demanda nas Unidades, para o bom andamento e funcionamento das mesmas, proporcionando conforto aos integrantes, melhor eficiência e qualidade no trabalho dos profissionais. Visa, também, atender a critérios de qualidade e ergonomia do material.

No tocante à escolha dos equipamentos e mobiliários, foram considerados critérios técnicos relacionados à adequação às necessidades das unidades demandantes, durabilidade, ergonomia, eficiência energética, padronização dos ambientes e compatibilidade com a infraestrutura existente, tendo como base soluções amplamente disponíveis no mercado e adotadas em contratações similares, de modo a assegurar viabilidade técnica, economicidade e ampla competitividade.

Os itens a serem adquiridos neste certame serão para suprir as demandas das estruturas da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria e suas OM vinculadas e são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, itens que não se enquadram como bens de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021). Os bens e serviços comum, conforme o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Sendo assim, os itens pretendidos enquadram-se como bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A aquisição de aparelhos de ar-

condicionado e mobiliário em geral (tais como mesas, cadeiras, armários e demais itens correlatos) possui ampla oferta por diversos fornecedores, com características padronizadas e facilmente comparáveis, não demandando soluções técnicas complexas ou desenvolvimento específico. Dessa forma, a natureza dos bens é classificada como comum, permitindo a definição clara de requisitos técnicos e funcionais no instrumento convocatório.

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG,2017).

Serão aceitas variações, de no máximo 5%, para mais ou para menos, nas dimensões dos mobiliários constantes acima, exceto, se expressamente especificado na descrição do item. Foram utilizados especificações de mobiliários já existentes nas seções administrativas da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria-RS. Para os órgãos e entidades participantes, a aquisição desses materiais permanentes visa atender as demandas administrativas e operacionais do respectivo órgão ou ente, sendo de fundamental importância para que o apoio logístico e administrativo seja efetivo e continuado, e conforme justificativas específicas contidas nas respectivas Declarações de Concordância com as condições do Termo de Referência, constantes dos autos do processo administrativo deste certame e sintetizadas abaixo. Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação)

A contratação deverá ocorrer mediante processo licitatório tipo SRP, para entregas parceladas ou totais, conforme demandas dos órgãos vinculados listados no Documento de Formalização da Demanda. Como requisito de exigência para esta contratação, será estabelecido ao fornecedor contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

A presente contratação foi classificada com grau de prioridade alta, tendo em vista a necessidade de garantir condições adequadas de trabalho, observância de requisitos ergonômicos e suporte às atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento e Aquisições da B Adm Gu SM	DIONÍSIO MEIRA ZAMBRA – 2º Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no termo de referência. Após a homologação do processo licitatório, a contratada deverá respeitar os prazos previstos no termo de referência no que se refere a entrega do material, após a emissão da nota de empenho.

A contratada deverá atender as prescrições relativas a Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª edição de outubro de 2025, no que se refere as características sustentáveis, tais como, Cadastro Técnico Federal, para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta, do produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU, quando da aquisição de bens, recomenda-se exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

1. exigir, no julgamento da proposta e na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, que o licitante apresente o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), das empresas, fabricantes dos itens licitados, que exerçam atividades descritas na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 13/08/2021;

2. caso o fabricante do item licitado seja dispensado da inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), o licitante deverá solicitar ao fabricante a competente comprovação de dispensa de inscrição, o qual deverá ser apresentado no julgamento da proposta e na assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Valor máximo aceitável ou Valor estimado:

Caráter sigiloso () Sim ou (x) Não.

5. 5. Informações Complementares

A Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (B Adm Gu SM), criada pela PORTARIA nº 513, de 23 de maio de 2017 e tendo como Diretriz de Implantação a PORTARIA nº 162 – EME, de 05 de junho de 2017 tem como objetivo racionalizar e aprimorar a administração das atividades de apoio, assim como de procedimentos e processos comuns, de caráter administrativo (nas áreas financeira, orçamentária, ambiental e patrimonial) e o atendimento às demandas logísticas das Organizações Militares, Organizações Militares de Saúde e Estabelecimentos de Ensino situados nas Guarnições de Santa Maria - RS e Itaara – RS.

A Seção de Licitação da Guarnição é a repartição da Base Administrativa, criada para consolidar as demandas de 21 Organizações Militares (OM) e realizar de forma centralizada os processos de licitação.

Considerando que dessas 21 OM, 10 (dez) são Unidades Gestoras, e que estas por conta da atribuição da B Adm Gu SM, fazem parte dos processos licitatórios centralizados, onde a UG 160413 - B Adm Gu SM, se configura como Unidade Gestora Gerenciadora, fica responsável por elaborar e coordenar as atividades de planejamentos com as demais 9 (nove) UG, resultando nos artefatos centralizados de Estudos Técnicos Preliminares e Mapa de Gerenciamentos de Riscos.

Tal conduta, está pautada no pronunciamento com efeito vinculante interno por meio do PARECER n. 01887/2020/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=551578838), acolhido pela e-cju Aquisições como Uniformização de Entendimento, vide link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/ecju/aquisicoes>.

Insta destacar que qualquer órgão estranho ao GCALC, que venha a participar do processo licitatório deverá elaborar todos os artefatos de planejamento de forma individualizada, conforme prevê a legislação em vigor. Entretanto, as unidades participantes são previamente estabelecidas, de modo a não extrapolar a capacidade de Gestão de Atas pela Unidade Gerenciadora.

6. Levantamento de Mercado

A análise comparativa das soluções disponíveis no mercado teve por finalidade identificar e elencar as alternativas aptas ao atendimento da demanda administrativa, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também os aspectos qualitativos relacionados aos benefícios, à eficiência e ao alcance dos objetivos da contratação.

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de verificar a existência de metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades institucionais, observando-se os critérios de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Constatou-se que a aquisição de aparelhos de ar-condicionado e mobiliário em geral, classificados como bens comuns, é usualmente realizada por meio de Pregão Eletrônico, inclusive na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que se trata de fornecimento para simples entrega, sem a necessidade de obrigações acessórias complexas por parte dos fornecedores. Ressalta-se que o mercado fornecedor é amplo e competitivo, não havendo restrição quanto à quantidade de empresas aptas a fornecer os bens pretendidos, visto que existem diversos fabricantes, distribuidores e comerciantes que atuam nesse segmento.

A solução mercadológica disponível encontra-se consolidada e amplamente utilizada, consistindo na comercialização direta de produtos, tanto por atacado quanto por varejo. Para atendimento da demanda, foram identificadas e analisadas as seguintes alternativas:

a) Fornecimento por meio do comércio atacadista:

Consiste na comercialização de grandes quantidades de produtos, geralmente realizada por distribuidores e indústrias, que atuam como intermediários entre fabricantes e consumidores institucionais, possibilitando economia de escala e padronização dos itens adquiridos.

b) Fornecimento por meio do comércio varejista:

Caracteriza-se pela venda direta ao consumidor final, em menores quantidades, por meio de lojas especializadas, como lojas de móveis corporativos e equipamentos de climatização, possibilitando pronta entrega e ampla variedade de marcas e modelos.

c) Fornecimento por meio do comércio em geral (atacadista e varejista):

Abrange empresas que atuam simultaneamente nas duas modalidades de comercialização, ampliando a competitividade do certame e aumentando a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

d) Sistema de Registro de Preços (SRP):

O SRP mostra-se adequado e eficiente para o caso concreto, tendo em vista a previsão de contratações frequentes, o atendimento a mais de uma Unidade Gestora participante e a impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos a serem demandados ao longo da vigência da ata.

O histórico de contratações disponível no portal Compras Governamentais demonstra, a capacidade do mercado em atender satisfatoriamente às demandas relacionadas ao fornecimento de aparelhos de ar-condicionado e mobiliário em geral, bem como a existência de ampla variedade de fornecedores aptos, sem qualquer dificuldade operacional relevante.

Ainda assim, foram analisadas as condições e exigências praticadas pelo mercado fornecedor, de modo a assegurar a compatibilidade entre os requisitos definidos pela área demandante e as soluções disponíveis, especialmente no que se refere à qualidade dos produtos, prazos de entrega, garantia e assistência técnica. Considerando que se tratam de bens comuns, verificou-se que o mercado atende de forma satisfatória tais requisitos.

Os produtos objeto da futura licitação deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, tendo sido observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Diante da análise realizada, conclui-se que as soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda consistem na aquisição por Pregão Eletrônico, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços.

Considerando as características da contratação, que visa atender múltiplas Unidades Gestoras, inclusive aquelas integrantes da guarnição de Santa Maria, bem como a necessidade de contratações recorrentes ao longo do exercício, verifica-se que a adoção do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

7. Descrição da solução como um todo

Após a análise das alternativas disponíveis e aptas a atender às necessidades da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, conclui-se que a solução indicada consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para eventual e futura aquisição de aparelhos de ar-condicionado e mobiliário em geral, classificados como bens comuns, conforme especificações técnicas, padrões mínimos de desempenho e qualidade, bem como quantitativos estimados definidos pelo setor demandante.

Embora a Administração realize manutenções periódicas em seus equipamentos e mobiliários, verifica-se a necessidade de renovação parcial do acervo, seja em razão do desgaste natural decorrente do uso, seja para adequação às normas de ergonomia, conforto e funcionalidade previstas na legislação vigente.

A análise das práticas adotadas em contratações similares demonstrou que a aquisição desses bens ocorre de forma recorrente por meio de procedimentos formais de compras, com ampla participação de fornecedores, em razão da disponibilidade dos produtos no mercado e da inexistência de exigências acessórias complexas para o fornecimento.

As modalidades de fornecimento analisadas — atacadista, varejista ou mista — mostraram-se plenamente capazes de atender à demanda, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante das características da contratação, notadamente a recorrência das aquisições, a possibilidade de atendimento a mais de uma Unidade Gestora e a necessidade de flexibilidade na definição dos quantitativos, a adoção do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais eficiente e adequada ao interesse público.

A solução proposta considera o ciclo de vida dos bens a serem adquiridos, compreendendo as etapas de produção, aquisição, utilização, manutenção e destinação final. No processo de produção, busca-se a aquisição de equipamentos e mobiliários fabricados em conformidade com normas técnicas e, quando aplicável, com requisitos de eficiência energética e sustentabilidade. Durante a fase de utilização, os aparelhos de ar-condicionado e mobiliários contribuirão para o adequado funcionamento das instalações administrativas, proporcionando conforto térmico, ergonomia e melhores condições de trabalho aos usuários, com expectativa de vida útil compatível com os padrões de mercado. No tocante à manutenção, os equipamentos poderão passar por manutenções preventivas ou corretivas ao longo de sua utilização, visando prolongar sua vida útil e garantir sua eficiência operacional. Por fim, ao término de sua vida útil, os bens serão destinados conforme as normas da Administração Pública para desfazimento de bens, priorizando-se, sempre que possível, a reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, em observância à legislação ambiental vigente.

Quanto a vedação à participação de consórcio considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens comuns, como aparelhos de ar-condicionado e mobiliários em geral, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conclui-se que se trata de contratação de baixa complexidade. Dessa forma, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio, uma vez que a natureza do objeto não demanda a associação de empresas para sua adequada execução, sendo plenamente possível a participação individual de fornecedores do mercado.

A renovação dos quantitativos registrados em ata somente ocorrerá com a renovação da vigência da Ata de Registro de Preços.

Atendendo a possibilidade de substituição ou não, do termo de contrato por instrumento hábil na forma do art. 95, inc. II, da NLLC; o Termo de Referência norteia que no item 1.7., que o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua em relação à vigência da contratação.

Por fim, diante da garantia de contratação, não será exigida, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, de baixa complexidade e amplamente disponíveis no mercado, não havendo riscos relevantes que justifiquem a exigência de garantia para a execução da contratação.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos inicialmente indicados no DFD possuíam caráter meramente estimativo e não refletiam a real necessidade das unidades demandantes. No presente ETP, foi realizado levantamento preliminar junto às Organizações Militares envolvidas, permitindo a definição de quantitativos mais aderentes à demanda real, conforme detalhamento constante das Memórias de Cálculo recebidas das Organizações participantes.

Os quantitativos estimados para atendimento das necessidades ao longo dos próximos 12 meses foram definidos com base nas informações apresentadas pela UASG Gerenciadora e pelas UASG participantes, constantes dos respectivos Relatórios de Memória de Cálculo, os quais foram consolidados em Relatório de Consolidação de Quantitativos, a ser anexado ao Termo de Referência.

Para a definição desses quantitativos, foram considerados, de forma integrada, o histórico de consumo, a quantidade de bens atualmente em uso, a necessidade de recomposição e manutenção de estoque, a substituição de itens com vida útil comprometida, a eventual implantação de novos setores, a ampliação de atividades, bem como a previsão de disponibilidade orçamentária, de modo a assegurar o adequado atendimento das demandas administrativas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.309.236,89

O valor inicialmente indicado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) mostrou-se subestimado em relação à real dimensão da contratação. Diante disso, no presente Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à revisão da estimativa de custos, com base em pesquisa exploratória de mercado, contratações similares e parâmetros disponíveis em sistemas oficiais, resultando em valor mais compatível com o objeto pretendido.

Ressalta-se que a estimativa de preços será devidamente consolidada pela Seção de Licitação da Guarnição, por meio de Relatório de Pesquisa de Preços referente à aquisição de aparelhos de ar-condicionado e mobiliário em geral, o qual será oportunamente juntado aos autos do processo. A referida pesquisa observará o disposto no art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, bem como na Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME, contemplando preços unitários referenciais, memórias de cálculo e os respectivos documentos comprobatórios, a serem detalhados no Termo de Referência.

Considerando que a licitação será realizada por itens, verificou-se não haver prejuízo à economicidade, tampouco comprometimento da solução como um todo ou perda de economia de escala, assegurando-se, ainda, a ampla competitividade e a participação de potenciais licitantes.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme previsto no Art. 40 da Lei nº 14.133/21, de consumo anual e observar o seguinte:

.....

V– atendimento aos princípios:

.....

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

.....

Neste contexto e no caso concreto o parcelamento da solução é viável técnica e economicamente e por não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação.

Seguindo a regra, a adoção do parcelamento do objeto em itens será plenamente aplicável na presente demanda.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação do caso concreto

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no Planejamento de Contratações Anuais e está alinhada com os seguintes Planejamentos e Gerenciamentos de Aquisições/Contratações:

a. Plano Plurianual 2024-2027:

Na esfera federal, esta contratação está alinhada ao Plano Plurianual 2024-2027, por meio dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos Estratégicos: Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais

Objetivos Específicos:

- 0050 - Desenvolver as capacidades conjuntas e condições logísticas das Forças Armadas;

- 0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.

b. Plano Estratégico do Exército - PEEEx (2024-2027):

No âmbito do Comando do Exército, esta contratação está alinhada ao PEEEx (2024-2027), por meio dos seguintes objetivos:

OEE 2 - Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa.

OEE 5 - Aperfeiçoar o sistema logístico militar terrestre.

OEE 9 - Fortalecer a Dimensão Humana.

OEE 11 - Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa.

c. Planejamento Estratégico Organizacional da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (2024-2026):

No âmbito da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria, esta contratação está alinhada ao PEOBAdmGuSM (2024-2026), por meio dos seguintes objetivos:

OE 2 - Prover a infraestrutura básica para o cumprimento da missão da Base Administrativa.

OE 5 - Racionalizar os processos Administrativos comuns das Organizações Militares sediadas em Santa Maria.

Estratégia 4 - Disponibilizar os insumos previstos para funcionamento das estruturas da Base Administrativa.

Estratégia 5 - Garantir instalações adequadas para execução dos trabalhos da Base Administrativa

Estratégia 19 - Centralizar os processos de aquisição das Organizações Militares sediadas em Santa Maria.

d. Calendário de Licitações 2026.

13. Adesão a Ata de Registro de Preços

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, uma vez que este certame já visa atender todas 10(dez) Unidades Militares da Guarnição de Santa Maria e Itaara/RS, que irão integrar o Pregão como Unidades Participantes. Além disso, em razão da capacidade de gerenciamento do órgão gerenciador, pois a Base Administrativa não possui estrutura de pessoal para atender mais unidades participantes, será negada a adesão posterior, conforme art. 7º, I e XI, do Decreto: "Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial: XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

14. Conveniência da participação na IRP

No tocante ao Art 10. do Decreto nº 11.462, de 2023, cabe destacar que a função institucional dessa Organização Militar, conforme Portaria nº 513 – Cmt EB, de 23 de maio de 2017, é de centralizar e racionalizar as contratações de interesse comum das 10 (dez) Unidades Gestoras do Exército Brasileiro, situadas em Santa Maria e Itaara/RS.

Ao participar de IRP aberta e conduzida por outros órgãos, não soluciona as demandas das demais 10 (dez) UG, uma vez que cada unidade necessitaria participar de forma individualizada nas IRP abertas, correndo o risco de alguma das UG não participar por não ser oportuna para a Unidade Gestora Gerenciadora da IRP aberta.

A participação pela BAdmGuSM nas IRP em andamento conduzidos por outros órgãos, se torna conveniente, para situações em que seja celebrado contratos centralizados, gerenciados pela BAdmGuSM em prol das 10 UG, caso contrário não se vislumbra uma solução adequada e oportuna para o cenário em que a UASG está inserida.

Neste contexto, cabe a UASG 160413 (BAdmGuSM), a responsabilidade institucional de conduzir as IRP, de interesse comum das Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro no âmbito da Guarnição de Santa Maria. Assim, não será consultado IRP em andamento de outros órgãos, pela inconveniência e inviabilidade de coordenação por parte desta UASG no atendimento das demandas de interesse comum das OM de Santa Maria e Itaara.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos materiais elencados no Termo de Referência, de forma centralizada, espera-se os seguintes resultados:

- Eficiência com a redução do custo administrativo processual em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Efetividade da racionalização administrativa;

- Efetividade com a padronização dos serviços e aumento da qualidade das especificações técnicas;
- Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- Eficácia com o atendimento das necessidades das diversas Organizações Militares da Guarnição de Santa Maria;
- Substituição de equipamentos obsoletos;
- Maior segurança no trabalho;
- Maior produtividade;
- Economia de tempo

16. Providências a serem Adotadas

No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada.

17. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação pretendida poderá gerar impactos ambientais indiretos relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica pelos equipamentos de ar-condicionado, bem como à geração de resíduos decorrentes da substituição ou descarte de mobiliários e equipamentos eventualmente inservíveis.

Como medida mitigadora, a Administração priorizará a aquisição de equipamentos que atendam a critérios de eficiência energética, preferencialmente com classificação elevada no Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/INMETRO, de modo a reduzir o consumo de energia elétrica durante sua utilização.

No que se refere aos mobiliários, buscar-se-á a aquisição de produtos fabricados com materiais duráveis e que atendam às normas técnicas aplicáveis, visando maior vida útil dos bens e consequente redução na geração de resíduos.

Quando aplicável, deverá ser observada a destinação ambientalmente adequada de equipamentos substituídos ou inservíveis, podendo ser adotados procedimentos de desfazimento de bens conforme a legislação vigente, bem como práticas de reutilização, reciclagem ou logística reversa.

No tocante a esta UASG, o certame licitatório está alinhado com o Plano de Logística Sustentável (PLS), bem como com os demais instrumentos de planejamento da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria.

Cabe ressaltar, ainda, que as Unidades Gestoras participantes possuem seus respectivos instrumentos de gestão ambiental, e que o presente processo prevê que as empresas contratadas atendam aos requisitos ambientais pertinentes, incluindo, quando aplicável, a inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) por meio da **Instrução Normativa nº 23, de 23 de dezembro de 2025**. Esta norma altera a base de regras anterior (IN nº 13/2021) e impacta diretamente a forma como empresas se cadastram, informam atividades e regularizam a situação ambiental.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, viável art 9º da IN 58 de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: -

HEITOR LUIZ DESSOY

Integrante da Área Administrativa



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:17:54.

LETICIA SILVA DA SILVA

Integrante da Área Administrativa



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:07:33.

DIONISIO MEIRA ZAMBRA

Integrante da Área Requisitante